



## **INDICAÇÃO Nº 181/2017**

Assunto: Solicita que sejam iniciados entendimentos com a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo com o intuito de instalar em Jacareí uma unidade da Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

**INDICAMOS** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas as providências cabíveis visando a que sejam iniciados entendimentos com a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo com o intuito de instalar em Jacareí uma unidade da Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso.

Trata-se de uma verdade comprovada: a sociedade brasileira vem passando por um acelerado processo de envelhecimento. Por vários motivos, talvez muitos deles apoiados em programas governamentais de apoio ao aumento de qualidade de vida dos idosos, em controversa falta de sustentação ao falho e omissor Sistema Único de Saúde, a população vem alcançando uma faixa etária mais estável, em situação mais amenizada diante dos reflexos de violência e calamidade social.

Para atender à crescente expectativa de vida, foi necessário que houvesse a implementação de Delegacias Especializadas para o Idoso, membro da sociedade dotado de necessidade de particular atenção dos órgãos governamentais.

Os policiais que atuam nestas especializadas geralmente têm orientação específica para atender ao público idoso, sempre em conformidade com suas necessidades, suas capacidades, suas (apropriadas) demandas.

O envelhecimento de uma nação é fator diretamente relacionado com a afirmação dos direitos humanos fundamentais. Não obstante ter-se, ainda, no país, uma população que ainda ignora os próprios direitos para os quais se está legitimado, é bem verdade alegar que a divulgação dos direitos dos idosos alcançou uma proporção continental, parte em decorrência do trabalho das delegacias especializadas, parte em função do grande esforço do governo em fomentar ações protetivas, capazes de ampliar as estruturas básicas de atendimento que proporcionem o direito à saúde, ao lazer, à



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

## Indicação nº 181/17 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 2/5

cultura, enfim, às referências basilares de direitos fundamentais de qualquer ser humano em um país democrático.

Ocorre que, muito embora haja uma proliferação inédita de medidas de proteção ao idoso, em perfeito contrassenso, nunca se aferiu, em números, tanta violência contra o idoso, como nos últimos anos. De acordo com pesquisa divulgada na Internet, doze por cento dos 18 milhões de idosos do Brasil sofrem algum tipo de violência. Quando os jornais divulgam a imagem de uma senhora indefesa sendo torturada por algum “cuidador”, a população se revolta, sente o repúdio de um ato vil e covarde, chegando às lágrimas o telespectador mais cético.

Quando não renegam seus próprios pais e os condenam a viver em condições insalubres em instituições descomprometidas, que empregam verdadeiros criminosos como cuidadores de idosos, estas criaturas doravante denominadas de “filhos” violam seus direitos, como não se procede com o pior bandido vivo na humanidade: utilizam de ameaças constantes contra os pais, praticam lesão corporal, tentativas ou consecuições de homicídio qualificado, usurpação de dinheiro de aposentadoria, confisco de cartões de crédito, utilização indevida do crédito (nome) dos idosos para proveito próprio, enfim, apenas confirmam que a maldade humana realmente não tem um limite definido.

Avistando-se, desta forma, a maioria das reclamações dos idosos e de suas famílias, configuram-se como campeãs de ocorrências os maus tratos e a subtração de cartões para uso de crédito do idoso e/ou realização de empréstimos em sua responsabilidade.

Infelizmente o Código Penal não tratou de tipificar (e permitir a punição) do furto cometido por filhos em detrimento do patrimônio dos pais, abrindo-se, portanto, a lacuna permissiva de um dos atos mais amorais que a humanidade já percebeu, qual seja, a apropriação do patrimônio parental.

Seja por apropriação indébita, seja por furto, a depender do caso a se especificar, é lamentável que atualmente os filhos usufruam dos pais enquanto produtivos e os descartem após senilidade, praticando estas subtrações sem anuência dos pais (ou com permissão viciada pela ameaça e pelo constrangimento).

Muitos são os idosos que chegam a ser literalmente abandonados, jogados na rua, esquecidos em cemitérios clandestinos de corpos vivos, como poderiam ser classificados muitos dos injustamente denominados “abrigos” de idosos. Neste



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

## **Indicação nº 181/17 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 3/5**

abandono, estão lançados ao campo da incerteza a vida humana, a história daquele ente, sua trajetória, seu esforço de vida, suas conquistas.

Todo o seu trabalho para construção de uma entidade familiar é plenamente ignorado, ao se praticar voluntariamente o abandono daquele pai, daquela mãe. Caso fossem inspecionados com verdadeira dedicação do Ministério Público e dos órgãos de proteção aos direitos dos idosos, poder-se-ia constatar a situação de penúria e descaso aos quais são sentenciados tantos idosos, que anualmente morrem vítimas deste abandono social.

A família ingrata que abandonasse os seus idosos deveria se submeter a multas, previstas devidamente pela legislação, exceto a adicional responsabilização criminal por abandono material, moral, psicológico, afetivo. Desta forma, ao não visitar seus parentes nestas instituições, ao não cobrar dos abrigos cuidado específico, ao não se manifestar, em caráter de pura omissão, quando da violência sofrida por um idoso, sofreriam o peso da lei e arcariam com suas consequências.

Há uma equivocada cultura no país de se atenuar a responsabilidade dos descendentes quando estes providenciam abrigo dos idosos em asilos, como se o pagamento de suas mensalidades os redimisse da maior responsabilidade concernente aos cuidados com os idosos. Pagar mensalmente para manter o idoso em um quarto é insuficiente a ponto de ser criminoso, em diversas situações que atualmente são frequentes.

As causas apontadas como propícias para o aumento da violência contra o idoso podem ser analisadas fora de uma conjuntura coletiva. Ocorre que, a depender do problema familiar que acometa esses idosos, eles podem sofrer abusos de várias formas e modalidades, a começar pela subtração dos meios financeiros de sua própria subsistência.

A violência financeira contra os idosos é recordista, juntamente com os maus tratos, onde se destacam o abandono, a negligência. Esta última modalidade se manifesta de forma estrutural, muito em decorrência da pobreza, em um país como o Brasil, de dimensões continentais, onde a criminalidade oculta, conhecida por cifra negra, predomina em ambientes de extrema miséria.

Se por um lado um juiz de uma Vara de Interditos não poderia, a depender do caso, deixar de conceder aos filhos o direito de manter financeiramente os pais mediante apossamento de suas vias de crédito, tendo-se em vista que, para que a manutenção daquela vida por um fio depende a subsistência que somente poder-se-ia



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

## Indicação nº 181/17 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 4/5

configurar através da interdição daquele idoso prostrado em uma cama, por outro lado não há garantias de que aquele patrimônio financeiro será aplicado em prol do idoso, falhando, neste caso, a vigilância do judiciário, frente ao insuficiente número em seu quadro de servidores, em específico no Ministério Público, de onde nascem as proteções específicas aos direitos difusos e coletivos de todos os cidadãos.

Dentre as várias formas de abuso cometido contra o idoso, encontram-se o abuso físico (provocando lesões, morte), o abuso psicológico (terrorismo psicológico, com intuito de humilhar, isolar, ameaçar, atemorizar o idoso), o abuso sexual (de onde partem os distúrbios sexuais de posse sexual do idoso), abandono (completa privação de atenção ao idoso, que é lançado à própria sorte), negligência (omissão específica de cuidados), abuso financeiro (exploração de suas reservas financeiras, seu crédito, seus cartões, suas contas bancárias, seu patrimônio, sua aposentadoria etc).

O judiciário vem mudando a concepção equivocada da população de que os maus tratos aos idosos em nada repercutem, crença esta baseada em uma realidade social onde as delegacias de polícia eram plenamente sucateadas em toda a extensão nacional, os juizados não existiam, a justiça não provia de atendimento seletivo, não se estabelecia a meta de proteção que atualmente se visualiza.

Diante dessa conjuntura é inegável que a importância da Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso se justifica uma vez que, quando se faz necessária a presença de um idoso em alguma delegacia do município, não há tratamento especializado e não há prioridade, direito que está previsto no Estatuto do Idoso.

As unidades da Delegacia de Proteção ao Idoso começaram a ser implantadas no Estado de São Paulo no início de 2002, na Capital, tendo como papel fundamental investigar denúncias e infrações penais cometidas contra pessoas com mais de 60 anos.

Mas a unidade também pode dar orientações e encaminhamentos dos idosos referentes a situações das mais diversas, como ações de despejo, problemas com pensão alimentícia, aposentadoria, direito do consumidor, encaminhamento de pedido de benefícios e inúmeras outras.

Entre as principais queixas denunciadas pelos idosos, estão as agressões físicas, psicológicas e também a violência patrimonial, que é aquela na qual uma pessoa, que muitas vezes é da própria família, se apropria do benefício previdenciário do idoso ou de sua poupança acumulada durante anos de trabalho.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

WS

## Indicação nº 181/17 - Ver. Dra. Márcia Santos - fls. 5/5

Especialistas alertam que apesar de haverem denúncias, elas não representam a totalidade da violência, já que são poucos os idosos que conseguem falar sobre o que passam, uma vez que moram com seus agressores.

Ações desta natureza são tipificadas como crime e devem ser investigadas com todo o rigor e sempre com atenção prioritária, cumprindo-se o que está prescrito pelo Estatuto do Idoso.

A situação do idoso em Jacareí merece maiores cuidados, pois as ocorrências de violações de seus direitos tem sido frequentes e a Delegacia certamente irá ajudar a coibir os abusos cometidos, na maioria das vezes, pelos próprios familiares do idoso.

O Estatuto do Idoso no seu artigo 4º prevê expressamente que nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, punindo na forma da Lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos.

Portanto, é dever de todos zelar pela segurança e proteção, cabendo à sociedade denunciar qualquer indício de violência contra idosos e ao poder público investigar e punir.

A segurança pública é atribuição do Governo Estadual e o que se deseja é que o Governador seja sensível a esta importante causa, trazendo para a sociedade jacareense, que habita uma das cidades mais importantes em arrecadação tributária do Estado de São Paulo, uma instituição especializada em defender a população que mais cresce atualmente.

ISTO POSTO, INDICAMOS ao Sr. Prefeito Municipal que faça gestões junto ao Governo Estadual, a fim de que seja possível viabilizar a implantação da DELEGACIA ESPECIALIZADA DE PROTEÇÃO AO IDOSO no Município de Jacareí, através de parceria entre Município e Estado, como já vem sendo feito em inúmeros outros municípios, que têm sua estrutura física mantida pela Prefeitura, tornando possível o atendimento à população idosa.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.

**DRA. MÁRCIA SANTOS**

Vereadora - PV

2ª Secretária